

Com Brasil

Joelmir Beting

“A igualdade pode ser um direito. Mas não há poder sobre a Terra capaz de torná-la um fato.”

Honoré de Balzac (1799-1850), escritor francês



Um tributo cruel

Numa economia estabilizada, a moeda nacional exerce três funções: unidade de conta, meio de troca e reserva de valor. Na economia brasileira, estiolada por uma inflação inarredável, a moeda deixou de ser reserva de valor: não honra o valor de face. Sobrevive como meio de troca meramente residual: foi substituída até por um tal de cheque pré-datado. E começa a perder espaço como unidade de conta: da Ufir ao dólar, passando pelo crédito rural em equivalência-produto.

□□□ Qual é o problema? Quem não tem moeda, inventa uma. Campeão do jeitinho, o Brasil inventou uma dúzia de moedas alternativas. Ou substitutivas. São moedas escriturais com lastro sólido: a indexação formal ou informal de contratos e valores. Espécie de renda inoxidável, porque protegida, ainda que parcialmente, contra a corrosão inflacionária de quase 1% ao dia.

□□□ Que se dane a cidadania. Eis a questão: a inflação, com indexação, deixa a população brasileira apartada em duas castas: a) os cidadãos de primeira classe, com renda indexada; b) os cidadãos de segunda classe, sem renda indexada — quando conseguem alguma renda. No segundo estrato vegeta exatamente metade da população brasileira — aquelaninguizada de 73 milhões de patricios que só tem o dinheiro manual, vulgo cruzeiro real.

□□□ Sintam o drama. A moeda evapora-se nas mãos do portador sem alternativa a um ritmo dantesco de 30% ao mês. Os pobres vivem da mão para a boca. Não



conseguem sequer estocar alimentos, remédios ou passagens de ônibus. Portanto, o dinheiro vivo, dito moeda podre, constitui um confisco descarado, também chamado de imposto inflacionário. É um tributo obscuro, arrecadado dos mais pobres, os cidadãos desindexados.

□□□ O imposto inflacionário não tem respaldo na legislação e não pode ser sonegado pelos pobres. Eles acabam pagando mais do que sua capacidade fiscal. Ou biológica. Ou como escreve o economista Fernando de Holanda Barbosa: “A inflação endêmica é uma agressão à cidadania porque se cobram dos pobres obrigações que eles não têm, negando-lhes, ao mesmo tempo, direitos que lhes pertencem”.

□□□ Entre outros, os direitos à educação pública, à saúde pública, à segurança pública.